

Qual o espaço das mulheres na agricultura ecológica?

Emma Siliprandi

As lutas das mulheres rurais pelo seu reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs, desde a década de 80, tomou vários caminhos no Brasil, entre os quais se destacam a organização de movimentos autônomos e a participação em movimentos sindicais e populares, cujo objetivo imediato era pressionar o sistema político (executivo, legislativo e judiciário) e a sociedade civil em geral, para o reconhecimento, a ampliação e o efetivo exercício de seus direitos. No âmbito dos direitos sociais, podemos citar como lutas principais aquelas pelo seu reconhecimento como produtoras rurais para fins de enquadramento como seguradas especiais na Previdência Social (o que lhes permite receber aposentadoria, salário maternidade e outros benefícios), as lutas por terem o seu nome incluído nos cadastros e no título da terra em processos de Reforma Agrária, o direito a receberem crédito rural para investimento e custeio em seu próprio nome, etc. Se tomamos as últimas duas décadas como referência, é inegável que esses movimentos e suas conquistas deram uma visibilidade e um reconhecimento às mulheres rurais enquanto agentes políticos, sem precedentes na história recente do Brasil. Ainda que de forma incipiente, elas vêm aparecendo como protagonistas ou pelo menos como coadjuvantes dos agricultores, em todas as lutas sociais expressivas que ocorreram neste período, tendo sido alvo de reportagens específicas em revistas e jornais de circulação nacional, programas de rádio e televisão, objeto de pesquisa de dissertações e teses acadêmicas, enfim, passaram a existir enquanto “categoria” específica, com organizações e reivindicações próprias. Muitos desses movimentos incorporaram as lutas feministas – de emancipação das mulheres – como parte de seus objetivos estratégicos de mudança social. Por outro lado, uma parte significativa dos movimentos sociais no campo vêm colocando a contestação ao modelo produtivo agrícola como parte integrante de suas pautas de reivindicações, indicando a busca por tecnologias limpas como condição necessária um desenvolvimento sustentável. Passou a fazer parte do discursos desses agentes sociais

(representantes de movimentos sindicais e populares, de sem-terra, etc.) a preocupação ambiental, e mesmo o avanço em direção a experiências concretas de produção e comercialização de produtos orgânicos, ecológicos, etc., em geral produzidos em forma cooperativa ou associativa, com o apoio de instituições de assistência técnica pública ou organizações não governamentais. O discurso da busca do desenvolvimento sustentável para o campo e da construção de um outro modelo através de experiências fundadas na agroecologia – expressado por técnicos, agricultores, agentes políticos, etc. - geralmente se coloca em meio a um conjunto de mudanças sociais e políticas – busca da equidade, da solidariedade, da inclusão social, etc. - entre as quais as mudanças nas relações de gênero, procurando corrigir as distorções históricas de valorização entre homens e mulheres no campo. Temos aí um cruzamento entre o que propõem os movimentos de mulheres rurais e os movimentos de agricultores familiares, que comungam de uma mesma visão de busca de desenvolvimento rural. No entanto, as experiências práticas concretas de agricultura ecológica raramente dão destaque ao que aconteceu com as mulheres envolvidas nesses projetos. Qual o grau de participação delas nos processos de decisões que levou as pessoas a decidirem por aquele projeto? No que a sua participação mudou a sua vida? Teriam elas aumentado a sua autonomia? Tido mais acesso a informações, a bens materiais, a oportunidades de capacitação? Houve mudanças na divisão sexual do trabalho, na propriedade, na comunidade, na família? Como elas se sentem com relação ao conjunto das atividades desenvolvidas – espectadoras, integrantes, lideranças? Este artigo pretende discutir, com base no estudo de alguns casos concretos de experiências de agricultura ecológica no Rio Grande do Sul, acompanhados pela Emater e com a participação de movimentos de mulheres, quais as condições para que essas experiências contribuam efetivamente para uma mudança nas relações de gênero no campo. O objetivo é levantar os limites, as possibilidades, e os impasses que vêm sendo enfrentados, propondo questões para avançar no “casamento” dessas duas questões: emancipação das mulheres e mudanças no modelo produtivo, em direção à agricultura ecológica.